



POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DE CURRÍCULO: RESISTÊNCIA E CRIAÇÃO NAS ESCOLAS

Teacher education and curriculum policies: resistance and creation in schools

Políticas de formación docente y de curriculum: resistencia y creación en las escuelas

Rafael Ferreira de Souza Honorato¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>

E-mail: rafaelhonorato@servidor.uepb.edu.br

Carlos Eduardo Ferraço²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4019-591X>

E-mail: ferraco@uol.com.br

Nilma Margarida de Castro Crusoe³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0610-8237>

E-mail: nilcrusoe@gmail.com

O propósito desse dossiê intitulado “Políticas de formação de professores e de currículo: resistência e criação nas escolas” é apresentar pesquisas e estudos nos campos da formação de professores e do currículo no Brasil cuja dedicação, ao longo das últimas décadas, tem sido problematizar diferentes questões relacionadas às políticas sistematicamente propostas pelos órgãos governamentais em níveis municipal, estadual e federal. Considera-se que boa parte dessas políticas compartilha concepções e ideais comuns, o que nos leva a pensar esses campos como interdependentes e interdeterminantes e, com isso, não seria possível abordar a formação de professores sem estabelecer relações com o currículo, e vice-versa. Dessa forma, o presente dossiê tem como principal objetivo discutir as relações entre currículo e formação de professores, considerando as atuais políticas governamentais e seus efeitos nos cotidianos das escolas públicas brasileiras. Uma das críticas mais recorrentes às políticas governamentais, tanto no campo da formação de professores quanto no do currículo, é a ausência de participação dos coletivos escolares na proposição dessas políticas. Nesse sentido, este dossiê acolhe resultados de estudos e

¹ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Campina Grande, PB, Brasil.

² Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Vitória, ES, Brasil.

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista, BA, Brasil.

pesquisas que, com base nessa discussão e assumindo os cotidianos escolares como espaços-tempos de produção de políticas educacionais, problematizem os movimentos de resistência protagonizados por diferentes coletivos escolares.

No primeiro artigo, *Alguns pressupostos e propósitos das pesquisas dedicadas a desinvisibilizar currículos e autorias docentes*, Júlio César Augusto do Valle inspira-se na Sociologia das Ausências e das Emergências como orientação teórico-metodológica, a fim de discutir dois exemplos de práticas desinvisibilizadas, cujos objetivos se assemelham na mesma medida em que sua *formaconteúdo* se distancia, para argumentar, primeiro, ilustrativamente, em relação ao que se pretende com esse tipo de pesquisa e, sobretudo, segundo, para explicar o que aprendemos ao desinvisibilizar as criações cotidianas de docentes como parte da experiência curricular que desperdiçamos ao desconsiderá-las. Reflete-se, ao fim do texto, sobre o conceito de autoria docente conectado à dimensão de qualidade social das criações curriculares.

No segundo artigo, *E se o currículo ocupasse a escola? Secundaristas em movimento*, Débora Reis Pacheco, Marcio Antonio da Silva e Paola Amaris-Ruidiaz, por meio da cartografia e inspirados pelas filosofias da diferença, especialmente com conceitos de Lapoujade e de Deleuze e Guattari, propõem a imagem de um “currículo que dança”, que se move com o coletivo e afirma a vida em sua multiplicidade. As decisões sobre alimentação, espaço, debates, aulas autogeridas, expressões artísticas são compreendidas como formas legítimas de construção curricular. A proposta é expandir as formas de pensar o currículo, abrindo brechas para experiências sensíveis e comuns que escapam à normatividade. O estudo contribui para os debates pós-críticos, defendendo o currículo como espaço de criação, resistência e experimentação coletiva.

No terceiro artigo, *Estágio em gestão e coordenação do ensino com pesquisa e a formação continuada do coordenador pedagógico*, Elizabete Pereira Barbosa propõe discussões que partem da compreensão de que o estágio em gestão com pesquisa tem contribuído não apenas na formação inicial dos licenciandos, mas na formação continuada do coordenador pedagógico que atua na escola. Os resultados revelaram que o coordenador pedagógico ao receber o estagiário de gestão e declarar sua participação na pesquisa se compromete com um movimento coletivo de aprendizagem, dialoga com os pares, busca informações e saberes que gravitam em torno da questão de pesquisa fazendo com que sua formação continuada seja reflexiva e contínua durante todo período.

No quarto artigo, *A prática como componente curricular na formação docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*, Janaina Alves de Oliveira Serejo, Nilma Margarida de Castro Crusoé e Reginaldo Santos Pereira apresentam resultado de pesquisa acerca de concepções de professores sobre a Prática como Componente Curricular (PCC), nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Os resultados indicam que a prática como um componente curricular é compreendida como uma articulação entre teoria e prática, essencial para a formação docente, mas sua implementação ainda enfrenta desafios, especialmente, no que tange

à sistematização curricular e à superação da dicotomia entre conhecimento teórico e experiência prática. Observou-se que a institucionalização desse componente curricular, nos cursos ocorre de forma heterogênea, variando conforme as especificidades de cada licenciatura.

O quinto artigo, *Disputas nas políticas curriculares de formação docente no Brasil: organismos internacionais e 'políticaspráticas' de resistência*, escrito por Marcelle Tenorio e Alexandra Garcia fundamenta-se nos princípios político-epistemológicos das pesquisas com os cotidianos e adota a abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental, contemplando documentos de organismos internacionais, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), em diálogo com o acompanhamento dos Fóruns de mobilizações estaduais e nacionais que foram organizados por cursos de licenciatura em conjunto com associações da área, no contexto das recentes disputas políticas em torno da formação de professores. A pesquisa evidencia a constituição de movimentos de mobilização e resistência às políticas vigentes, compreendendo-os como “políticaspráticas” cotidianas que reafirmam princípios e lutas históricas em defesa da valorização do magistério e de uma educação pública comprometida com a superação das desigualdades e com a justiça social.

O sexto artigo, *O bordado manual e a invenção de outros sentidos possíveis à formação de professores*, escrito por Vitor Gabriel Firmino e Carla Patrícia Acioli Lins busca problematizar a formação como uma construção coletiva, entrelaçada pela diferença, orientado pela cartografia, em suas linhas rizomáticas e atenção às experiências formativas que emergem das práticas e saberes construídos e partilhados para além das políticas de formação e dos currículos oficiais. Esses movimentos cartográficos deram pistas que reafirmam a formação docente como experiências e experimentos que acontecem coletivamente, atravessada por inventividades e invenções vitais para costurar escapes às estruturas rígidas, abrindo fendas, frestas para outros *espaçostempos* formativos, outras práticas pedagógicas e curriculares.

No sétimo artigo, *“Salas sem paredes” – escapes da prescrição curricular em uma experiência de formação entre rios e florestas na Amazônia*, Rita de Cássia Prazeres Frangella e Maria Edeluza Ferreira Pinto de Moura apresentam resultado de pesquisa sobre formação de professores em um dos municípios do Estado do Amazonas desenvolvida no contexto do Programa de Formação de Professores para a Educação Básica/Parfor, coordenado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Com base na perspectiva pós-estrutural e pós-colonial, destacam questões que emergiram das experiências vividas nos estágios supervisionados, em que estudantes que já eram professores traziam do cotidiano da docência como contorcimentos normativos na política curricular de formação de professores, o que implica operar na tradução sempre contingente do fluxo dessa política, na defesa de que, pelas significações e sentidos produzidos pelos sujeitos nessa formação, não há norma absoluta que não seja perturbada e interrompida pelas experiências construídas no processo (de formação).

O oitavo artigo, *As diretoras e os diretores das escolas como criadoras/criadores de confluências: a formação profissional nos cotidianos das escolas*, escrito por Nilda Alves, Alessandra da Costa Barbosa Nunes Caldas e Marcelo Machado, apresenta o crescente interesse de políticos – e, em especial, da direita do campo político – se interessarem pela nomeação de diretores e diretoras de escolas a eles ligados/ligadas. A disputa da escola, campo de “trocas políticas” tem se aguçado também com inúmeras outras estruturas “inventadas” recentemente o que tem levado ao adoecimento de docentes e ao enfraquecimento da Escola Pública. Na consideração disto e buscando criar forças que se oponham a estas posições, buscamos compreender as diretoras e diretores das escolas como criadores de confluências de ideias, ações, sentimentos, potência de criação coletiva. Nesses processos elas/eles se formam e formam o corpo “*docentediscente*” das escolas. Este artigo busca compreender isto com dois exemplos concretos: um em escola de Educação infantil e outro em escola de segundo segmento de Educação fundamental. A noção de confluência foi buscada em Nêgo Bispo, filósofo quilombola.

O artigo nove, *Signos artísticos capixabas em frente às prescrições curriculares no Espírito Santo*, de autoria de Lucas Borges Soeiro e Carlos Eduardo Ferraço, problematiza o modo como o uso dos signos capixabas mobiliza, no cotidiano escolar, práticas de criação e resistência às estratégias de controle implementadas pelo Aparelho de Estado, que se manifestam por meio da prescrição curricular *Currículo do Espírito Santo*. Utilizando-se da pesquisa com os cotidianos em redes de conversações em uma escola pública capixaba, evidencia-se a necessidade de romper com as lógicas homogeneizantes dos códigos alfanuméricos das prescrições curriculares, para possibilitar que os signos locais atuem como agentes de fortalecimento cultural e expressão artística, ampliando as possibilidades de produção de sentidos no cotidiano escolar.

O artigo dez, *O político nas políticas-práticas curriculares nos cotidianos escolares*, escrito por Tamires Barros Veloso, Vanessa Azevedo Cabral da Silva e Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida, analisa discursos políticos curriculares mobilizados nas práticas curriculares, produzidas por professoras de uma rede pública municipal de ensino na região de Caruaru (Agreste pernambucano). Toma a Teoria do Discurso a partir das noções de negociação e articulação discursiva e foi possível perceber que a atuação das professoras estiveram atravessadas por diferentes discursos políticos conflitantes, demonstrando que, apesar de ter como referência inúmeras propostas políticas que apontavam para simplificação e digitalização do currículo, suas práticas curriculares não foram por elas determinadas, o que observamos foi o caráter político em sua faceta que dissocia, antagoniza, mantém o conflito, manifestado nas negociações curriculares que compuseram a constituição de suas prática curriculares e possibilitaram a articulação de outros modos de pensar-viver o currículo em seus cotidianos escolares.

No artigo onze, *Convites a docências inventivas e movimentos de (des)formações curriculares: artistas cotidianas no encontro com a infância do Agreste e as*

professoras da educação infantil, Conceição Gislane Nóbrega Lima de Salles e Vanessa Galindo Alves de Melo problematizam as invencionices e artistagens das crianças e suas professoras que experimentam, em devir, modos outros de pensar a docência, a formação de professores e os currículos da Educação Infantil. O percurso-teórico metodológico diz de uma experimentação cartográfica no encontro com e entre as crianças e suas professoras que habitam um Centro Municipal de Educação Infantil do Agreste Pernambuco. Os achados apontaram que em meio às amarras molares, inúmeras possibilidades de escapes eram inventadas pelas crianças – que questionam, tensionam, problematizam e convidam as professoras a (des)formarem a docência e os currículos, como tentativas possíveis de escapar ao controle das prescrições, das interrupções e padronizações que habitam cronologicamente os *espaçostempos* da Educação Infantil.

No artigo doze, *Tessituras formativas e reverberações da dicotomia entre ciências da natureza e ciências humanas em um curso de enfermagem em uma Universidade Pública do Estado da Bahia*, Sueli Bonfim Lago e Leonardo Rangel dos Reis tomam como ponto focal de investigação a matriz curricular e o Projeto Político Pedagógico de um curso de enfermagem de uma instituição pública do Estado da Bahia, buscando identificar os processos formativos emergentes das tessituras do referido currículo em sua dimensão oficial, e identificar se o estudo da corporeidade é aludido no referido documento. Advogam que o estudo da corporeidade pode levar a compreensões mais integradas, em que os movimentos dos currículos e os direcionamentos formativos que derivam deles possam ampliar as compreensões de nossas frequências, sintonias e entrelaces no/do/com (o) mundo.

O artigo treze, *Entre narrativas e currículos: modos de (re)existir e aquilombar*, de autoria de Allan Rodrigues, Rosane Azeredo Siqueira e Leonardo Santos de Albuquerque Júnior, propõe uma reflexão crítica sobre os currículos e suas generalizações políticas, abordando a partir da perspectiva do aquilombamento, uma prática de resistência, coletividade e valorização das epistemologias afrocentradas. Por meio de relatos de professores e experiências vividas em uma Unidade Municipal de Educação Infantil – Prefeitura de Niterói, o estudo mostra como o dia a dia na escola pode se transformar em um espaço de resistência às lógicas hegemônicas e eurocentradas, que historicamente marginalizaram saberes e corpos negros. Através de rodas de conversa com professoras, o texto mostra como práticas pedagógicas sensíveis às questões étnico-raciais podem fortalecer a identidade das crianças negras e ajudar a construir um currículo pautado na justiça social e cognitiva. O texto aposta que reconstituir currículos é um ato de resistência, que desafia o apagamento de saberes e reafirma a dignidade dos povos negros.

O artigo quatorze, *Devaneios de um (de)formador: fabulações sobre ensinar e resistir com matemática(s) outra(s)*, escrito por Elenilton Vieira Godoy e Rafael Ferreira de Souza Honorato parte da trajetória de um formador de professores/as de matemática que decidiu narrar suas experiências, contradições e sonhos a partir de duas personagens: uma que o representa e outra que é sua interlocutora. Ao longo do

texto, são mobilizadas memórias, cenas e tensionamentos reais, misturados à fabulação crítica, para refletir sobre o papel da formação de professores/as em sua constituição como intelectuais públicos/as e ativistas. O texto costura experiências pedagógicas vividas em projetos, disciplinas, orientações e intervenções, convocando a matemática escolar para além de sua neutralidade prescritiva.

O artigo quinze, *Formação inicial de professores em Portugal na segunda década do século XXI: um olhar focado em diretrizes políticas*, da autora Preciosa Fernandes, analisa políticas de formação inicial de professores em Portugal, publicadas na última década. Metodologicamente, a pesquisa analisa dois decretos-lei, publicados em 2014 e 2025, com o objetivo de clarificar concepções de formação e aspectos relacionados com a iniciação à prática profissional que veiculam. A análise permitiu identificar uma evolução na concepção de formação, preconizando-a numa perspectiva de desenvolvimento de competências que integram conhecimentos científicos e pedagógicos, atitudes e valores, em relação a uma concepção exclusivamente centrada nas componentes científica e didática da formação. Permitiu ainda, em ambos os decretos-lei, compreender a importância atribuída à iniciação à prática profissional enquanto tempo de aprendizagem, através dos e com os pares, essencial para a construção da profissão docente.

O artigo dezesseis, *Políticas de formação de professores e de currículo: resistência e criação em diferentes espaços educativos*, escrito por Inês Barbosa de Oliveira, tem como objetivo fomentar reflexões sobre os processos de resistência e criação que envolvem os cotidianos educadores em suas relações com políticas de currículo e formação e mobilizar afetos que envolvem essa resistência e essa criação. Assume a complementaridade entre resistência e criação a partir do pensamento de Michel de Certeau, que aponta a necessidade de irmos além da noção de resistência para compreender os modos de ação dos praticantes da vida cotidiana. Apresenta as interferências desses sujeitos sobre as políticas oficiais, com base no pensamento de Stephen Ball em sua teoria da atuação/encenação, das políticas pelas escolas. Traz narrativas empíricas de diferentes experiências acadêmicas e cotidianas que ajudam a compreender esta complementaridade, evidenciando as criações cotidianas dos sujeitos das escolas enquanto *políticaspráticas* cotidianas de formação e de currículo.

Esse conjunto de artigos reúne pesquisadores e pesquisadoras que acreditam na resistência como possibilidade de criação de outras políticas, mais democráticas e inclusivas, tanto para a formação de professores quanto para o currículo. Assume-se aqui *políticaspráticas* como pares inseparáveis na reinvenção de modos de viver e afirmar identidades outras, na formação de professores e na composição curricular. Espera-se que nossas escritas sirvam de inspiração para novos movimentos de reexistência.

Organizadoras/es
Junho 2026